

Projeto Permanente junto aos Terreiros de Candomblé e Umbanda na Construção de Políticas Públicas 2003-2006

Maria Alcina Ramos de Freitas*

Marise Leão Ciríaco**

Conhecendo a estrutura Governamental

O Projeto Permanente junto aos Terreiros de Candomblé e Umbanda na construção de políticas públicas foi desenvolvido na Secretaria Estadual de Defesa e Proteção das Minorias - SEDEM, criada no Governo Ronaldo Lessa, cujo secretário pioneiro, professor Zezito de Araújo, tinha por finalidade a formação, articulação, coordenação e monitoramento dos direitos das minorias, no intuito de assegurar a integração destas na vida política, econômica, social e cultural, como cidadãos/os, sob a perspectiva de raça, gênero e classe nas políticas públicas estaduais. A promoção dos direitos humanos dos diversos segmentos sociais excluídos e a participação, no sentido de inserir as mesmas na sociedade, foi a base fundamental da iniciativa.

No referido contexto surgiu a proposta política de articulação entre negros/as, indígenas, pessoas deficientes e os gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e travestis - definidos como GLBTT -, segmentos ditos minoritários, e que junto aos gerentes, isto é, pessoas que desenvolviam trabalhos significativos junto a esses grupos e que passaram a coordenar ações coletivas nas comunidades, tinham como objetivo consolidar a ação política da SEDEM contra as várias formas de violência, discriminação e preconceitos praticados contra os mesmos. Buscava-se espaços de inserção para um grande número de pessoas excluídas, principalmente nas escolas. Uma das estratégias centrais de ação da SEDEM foi a construção de um processo de articulação entre Organizações Não Governamentais (ONG's) e movimentos ligados às minorias existentes em Alagoas e as conexões político-institucionais que lhe dão suporte, buscando constituir uma rede social de apoio e proteção a partir das ações definidas e planejadas coletivamente.

O secretário recebeu uma solicitação do Grupo União Espírita Santa Bárbara - GUESB, do Conjunto Habitacional Village Campestre, em Maceió, um Terreiro de Umbanda, dirigido pela yalorixá Neide de Oyiá, que violada no direito de professar fé, por vizinhos de outro segmento religioso, apresentou um novo desafio: trabalhar junto aos Terreiros de Candomblé e Umbanda, vítimas freqüentes de violação e abusos aos direitos constitucionais. O secretário, acompanhado de Alberto Jorge Ferreira dos Santos, advogado que oferecia suporte à SEDEM em suas diversas ações, ao ouvir as solicitações, resolveu que deveria haver um trabalho mais cuidadoso, contínuo e próximo aos religiosos de matriz africana. Surgiu então o primeiro núcleo de diálogo no conjunto habitacional Village Campestre, onde foram aglutinados mais de quinze terreiros. Essas casas religiosas eram representadas pelas/os dirigentes da ação religiosa, isso é, yalorixás e babalorixás e seus mais próximos hierárquicos, ogans e mães pequenas, que respondem pela administração e ações consideradas de responsabilidades. Os debates iniciais eram voltados para conhecer as maiores dificuldades e propostas de ações futuras. Sequer havia fechado o planejamento desse primeiro grupo, surgiu

a solicitação de se organizar mais dois núcleos, nos bairros de Jacintinho e de Ponta da Terra, em Maceió. A iniciativa era justificada pela necessidade de facilitar o diálogo com outros grupos, inclusive com idosos que mostraram interesse em participar, como de fato aconteceu no núcleo II, do bairro de Jacintinho, cuja liderança era a saudosa yalorixá Mãe Netinha (em memória), que contava então com mais de noventa anos, mas fez questão de ter um núcleo sediado no seu Terreiro de Candomblé. As/os religiosas/sos se organizavam a partir das afinidades de nações às quais pertenciam. Nação, aqui, se refere à origem, à raiz de cada casa religiosa de matriz africana. A raiz ou nação traz em suas bases de fundamentação ensinamentos, linguagens, costumes, valores, definições metodológicas do trabalho espiritual desenvolvido e tantas outras situações e ações que envolvem o cotidiano de um Terreiro.

Logo após a formação dos três núcleos de trabalho, que foram compostos por comunidades tradicionais de terreiros, não-federados, foi solicitado pelos representantes de Federações de Terreiros de Candomblé e Umbanda, que em Alagoas são quatro, para também participarem do trabalho e assim se constituiu mais um núcleo.

Acredito que o maior legado para todas essas lideranças religiosas, dentro desse projeto, foi a possibilidade de comunicação e de aproximação que se estabeleceu; o aprendizado, a convivência e o respeito às diferenças num espaço que passou a ser utilizado, também, para se conhecer e fortalecer as várias nações e toda a hierarquia do candomblé, valorizando a riqueza do solo brasileiro com seus caboclos e encantados que se unem à cultura africana constituindo assim a umbanda.

África-Brasil entendendo a história

É necessário relembrar a história da escravização do povo africano, aqui no Brasil, para entender o preconceito e a discriminação que ainda hoje, vergonhosamente, vitimizam guardiões e guardiãs da cultura oriunda do continente africano. Um povo arrancado de suas famílias e propriedades, muitas delas de origem nobre, cultas, foram encaminhadas para uma terra distante, amontoadas em porões de navios imundos, indignos de qualquer ser humano. Chegando ao Brasil, os que conseguiam sobreviver, eram submetidos a trabalhos forçados em condições sub-humanas; o cotidiano envolvia, ainda, violência sexual, física, entre tantas outras modalidades. Eram tratados como “coisa sem alma” como podemos ler em Rocha (2001, p.9)

o processo da escravidão legitimado pela Igreja não promovia a vida humana, ao contrário, desconhecia a humanidade do povo negro e o rebaixava a um comportamento animal. A escravidão não considerava qualquer dimensão da vida do negro, fosse ela individual ou social. É importante destacar aqui a postura da Igreja em relação ao negro neste período. O discurso da Igreja afirmava que o negro não tinha alma e nem religião, com isso justificava a perseguição de toda e qualquer manifestação religiosa dos negros, associando-as à coisa do demônio.

A religião praticada pelo povo africano vindo para o Brasil serviu como espaço de resistência e luta para as pessoas que conseguiram sobreviver às perseguições. Rocha (idem, p.10) contribui para a compreensão desses reflexos históricos no nosso tecido social

O massacre cultural e religioso do povo negro imposto pelo projeto colonial legitimado pelo cristianismo significou a negação da humanidade, da dignidade negra. Quando na relação entre os diferentes grupos, povos ou religiões, a humanidade, a dignidade e a identidade são negadas, fica caracterizada a inexistência da ética. Evidentemente, a religião só pode ser boa e verdadeira na medida em que sirva à humanidade, na medida em que, em suas doutrinas de fé, em seus ritos e instituições, promova a identidade, o sentido e sentimento de valor das pessoas.

Muitos séculos se passaram, houve pedidos de desculpas, novos direitos foram conquistados, no entanto pouco se avançou no que se refere ao comportamento e à concretização dos direitos sociais. Rocha (op. Cit., p.13) observa que

Mais do que ninguém, a comunidade negra aspira à concretização desse direito à liberdade religiosa. As religiões dos Orixás, que fundamentaram o processo de resistência do negro no Brasil, ainda não encontraram o devido reconhecimento e a liberdade de expressão na sociedade brasileira. Os preconceitos, os rótulos, as discriminações e o desrespeito, continuam a marcar a vida dos membros ou adeptos dessas religiões. É inconcebível, no Brasil, falar de direitos à liberdade religiosa sem considerar o direito de expressão das Religiões Afro-Brasileiras.

E como é possível lidar com a diferença religiosa após reconhecer todo esse caminhar histórico que a comunidade negra vivenciou? Rocha (idem, p.20) nos responde:

E quando esse diferente envolve o mundo da comunidade negra, não mais pode ser tratado na perspectiva do medo, da desconfiança, da intolerância/tolerância, da marginalização e desvalorização ou ainda da dominação. Talvez seja possível conceber o diferente apenas 'como diferente'. Nem mais, nem menos; nem melhor, nem pior; mas diferente, e, portanto, merecedor do respeito na sua diferença. Certamente, a partir de uma nova postura relacional se tornará possível reconhecer, dialogar e valorizar.

A religiosidade como espaço de resistência e resgate cultural

No Projeto Permanente junto aos Terreiros de Candomblé e Umbanda na Construção de Políticas Públicas criou-se um espaço de estudos. No referido espaço, a comunidade de religiosos de matriz africana conheceu a tese de Doutorado "Xangô Rezado Baixo: um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912", através do próprio autor, o antropólogo Ulisses Neves Rafael, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que trata do "quebra" de 1912, ocorrido aqui em Alagoas. A tese, que aborda um episódio de extrema violência histórica do qual pouco se sabia e falava, estuda a realidade vivenciada pelos nossos ancestrais religiosos de matriz africana. Outro momento marcante para a comunidade afro-religiosa foi o "Seminário Intolerância e Diálogos: Religião e Cidadania", realizado em outubro

de 2004 e promovido pela Fundação Cultural Palmares, que contou com a participação de mais de trezentas pessoas de Maceió e municípios de Alagoas, todos religiosos de matriz africana; foram convidadas pessoas de todo o Nordeste, sendo esses também religiosos, juristas, sociólogos, entre outros, que dialogaram e debateram os temas: A Importância da Religiosidade de Matriz Africana na Formação Cultural do Brasil; Normas Constitucionais e Jurídicas no Brasil; Intolerância Religiosa e Mídia em Alagoas; Relatos e Experiências. O evento culminou com o diálogo Religiosidade e Cidadania.

No Projeto foram vivenciados também momentos festivos e comemorativos coletivos entre as comunidades tradicionais de terreiros e federações, tais como caminhadas na orla lagunar, participação dos/as religiosos/as em fóruns onde se discutiu identidade negra e educação; alguns proferiram palestras na Universidade Federal de Alagoas, outras religiosas deram oficinas sobre remédios naturais, poder das folhas, receitas de alimentos criados pela comunidade negra; aconteceram inscrições e inserções em projetos do Governo Federal; em outros estados alguns membros participaram ativamente de encontros inclusive contribuindo com palestras.

Apesar da extinção da SEDEM, o Projeto Permanente Junto aos Terreiros de Candomblé e Umbanda na Construção de Políticas Públicas tem uma continuidade de suas ações hoje, enquanto Núcleo de Religiosos/as de Matriz Africana, aglutinando outras comunidades de terreiros de outros bairros de Maceió que permanecem se encontrando e dando continuidade aos estudos e a toda a agenda de inserção política e social conquistada coletivamente. Ressalte-se o Projeto Ponto de Cultura Quilombo Cultural dos Orixás, sediado no terreiro de Candomblé, dirigido pelo Omintology Pai Célio, Núcleo de Cultura Afro Brasileira Iyá Ogun-té, que atualmente desenvolve trabalhos em escolas estaduais do seu entorno, com atividades artísticas, étnico-culturais, trabalhos de comunicação e divulgação com o jornal Odô Iyá, o jornal do Axé, projeto de saúde das comunidades de terreiros, entre tantas outras iniciativas, contando sempre com a participação efetiva de membros das várias comunidades religiosas que passam a ocupar espaços significativos e determinantes nas esferas políticas, sociais e educacionais reconstruindo os caminhos históricos e culturais de Alagoas.

Espaços de educação: como lidar com essa diversidade?

Os direitos humanos vêm reafirmando, há três décadas, os princípios de igualdade e não-discriminação que foram reconhecidos na Declaração Universal como pautas de grande preocupação da Comunidade Internacional reunida em Durban, África do Sul, em 2001, onde se discutiu estratégias políticas de combate ao Racismo, Discriminação, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas.

Nesses caminhos e construções sociais históricas, encontra-se a escola como local privilegiado para trabalhar um currículo organizado e planejado devendo atender aos interesses e necessidades sociais emergentes, propondo a construção de valores atuais e adequados à dignidade humana e suas conquistas.

É importante e necessária a reflexão, em especial das educadoras e dos educadores das escolas públicas, sobre como estão fundamentadas suas ações pedagógicas no que se refere à pluralidade cultural e à religiosidade. Não é mais possível que as diferenças sejam tratadas na esfera do certo e do errado, através de fundamentos racistas.

Em todas as instâncias de poder, em especial o da educação, que tem a possibilidade reflexiva a partir da leitura sócio-histórica, precisamos redefinir nossas ações em prol do respeito, da dignidade e da valorização do ser humano. Viver com menos traumas, violência e culpa é resultado de uma reflexão efetiva sobre as implicações dos nossos atos, em especial os pedagógicos. É necessário refletir se efetivamente as ações educativas hoje praticadas auxiliam e orientam de forma solidária, ética e honesta o compromisso político de fortalecer os estudantes para múltiplos modos de pensar, expressar e conviver. Considerando ser este um dos princípios pedagógicos de importância fundamental para os que em nós depositam seus anseios por respeito e por orientações racionais, cientificamente atualizadas.

Quanto à prática pedagógica do educador, é necessário entender que os elementos que compõem a personalidade humana não excluem quem quer que seja de seus direitos e que é nosso dever entender que a subjetividade e a liberdade de cada pessoa devem ser preservadas e respeitadas. É fundamental que todos os educadores e educadoras tenham a prática da sensibilização para com as diferenças que fazem parte de cada pessoa; que essa diversidade de perspectivas seja compreendida como elemento constituinte das individualidades, sejam elas étnica, religiosa, sexual, das limitações, chamadas de deficiências, em busca de uma ação pedagógica mais coerente com a realidade atual e mais solidária.

A produção de formas pedagógicas mais humanizadas é um processo plural, permanente, com o que estamos implicados e no qual somos continuamente provocados a refletir como participantes ativos na construção de nossas múltiplas identidades. As identidades, sejam elas de gênero, étnicas ou afetivo-sexuais, são instâncias sociais que podem constituir espaços de estudos, liberdade, criticidade, respeito, valorização, cuidado de si, autodisciplinamento e autogoverno. Todos são capazes de exercer sobre si mesmos a reflexão quando têm a possibilidade de pensar e de se expressar de forma crítica e aprofundada, e, para essa ação, a escola surge como o espaço detentor dessa possível dinâmica, fundamental para a humanização.

Na publicação Brasil 1 - Diversidade Religiosa e Direitos Humanos (2004, p. 26) temos que a discriminação entre seres humanos, por motivo de religião ou crença, constitui uma ofensa à dignidade humana e uma violação dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A referida publicação apresenta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como o instrumento que deve assegurar, no que se refere à educação religiosa,

‘o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo’. Ou seja: é obrigatório respeitar a liberdade religiosa do aluno; é proibido tentar convertê-lo para esta ou aquela religião.

O Código Penal Brasileiro, por sua vez, considera crime (punível com multa e até detenção) zombar publicamente de alguém por motivo de crença religiosa, impedir ou perturbar cerimônia ou culto, e ofender publicamente imagens e outros objetos de culto religioso.

No trabalho Diversidade Religiosa e Direitos Humanos (Idem, p. 35) há várias citações assinadas por diversas religiões, das quais destacamos a fala assinada pelas religiões afro-brasileiras.

Prevenir a intolerância é assumir que nenhuma verdade é única. É reconhecer que o outro tem livre arbítrio (...) Esse reconhecimento pressupõe garantir-lhe o direito de pensar; de crer; de amar; de doar; de rezar; de ser gente religiosa. Gente que exercita a missão sagrada de reconhecer no outro a imagem e semelhança de Deus, Olorum ou Javé.

Em Brasil 2 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004, p.16) a discussão sobre a temática racial limitada a movimentos sociais e não à escola é considerada insuficiente:

A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política. O racismo, segundo o Artigo 5º da Constituição Brasileira, é crime inafiançável e isso se aplica a todos os cidadãos e instituições, inclusive, à escola.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em sua apresentação através do MEC, afirmam que o Ministério da Educação está comprometido com a pauta de políticas afirmativas do Governo Federal e, portanto, vem instituindo e implementando um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro, articulando programas de combate à discriminação racial e sexual com projetos de valorização da diversidade étnica. Um dos objetivos apresentados é tornar a multiplicidade de experiências pedagógicas dessas áreas em possibilidades de renovação das práticas educativas. Percebe-se, assim, que o sistema educacional pode e deve preparar as pessoas para vivenciarem a valorização da diversidade humana, tomando-a em sua devida dimensão como patrimônio da humanidade, em que a melhoria da qualidade de ensino da escola pública está estreitamente relacionada à concepção democrática assumida pelas diretrizes da educação brasileira.

Em Brasil - Declaração de Durban e Plano de Ação (2001, p.16) encontramos entre as questões gerais construídas coletivamente por vários países reunidos em Durban, África do Sul como foi reconhecida a religião

Reconhecemos que a religião, a espiritualidade e as crenças desempenham um papel central nas vidas de milhões de mulheres e homens, e no modo como vivem e tratam as outras pessoas. Religião, espiritualidade e crenças podem e devem contribuir para a promoção da dignidade e dos valores inerentes à pessoa humana e para a erradicação do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.

Considerações finais

Esta pesquisa, fruto do caminhar junto a Terreiros de Candomblé e Umbanda, trouxe o aprendizado e desfez conceitos prévios e equivocados, fruto da ignorância; conhecer vivenciando com respeito a diversidade; cantar para se comunicar; agradecer e pedir a espiritualidade com alegria; desenvolver o respeito e a relação íntima com a natureza e com tudo o que dela vem; resgatar ensinamentos domésticos, que estavam adormecidos, com relação ao respeito e à valorização dos mais idosos, o cuidado e a dedicação aos mais jovens; valorizar o trabalho coletivo e o sentimento de identidade orgulhosa do pertencimento à negritude, base de todo o povo brasileiro; entre tantas outras aprendizagens. Ficam o incentivo de permitir conhecer e experimentar novas possibilidades, ampliando a leitura de mundo. É, portanto, um desafio compreender a importância do ato pedagógico desenvolvido no ambiente escolar; não estigmatizar pessoas. Perceber e anular a violência que se instala na dita normalidade, cujas bases repousam no poder e no silêncio resignado das vítimas, é um primeiro passo de uma longa e possível caminhada.

Esse artigo contou, para sua publicação, com o estudo, avaliação e aprovação do Núcleo de Religiosos/as de Matriz Africana de Alagoas, no dia 19 de agosto de 2008.

Notas de rodapé

* É pedagoga, atuou na Secretaria de Defesa e Proteção das Minorias na função de coordenadora geral de Programas e Projetos, construiu e acompanhou o projeto junto aos Terreiros de Candomblé e Umbanda. Foi secretária do Fórum de Educação e Identidade Étnica, onde coordenou a construção do Regimento Interno, é formadora junto ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UFAL; participou da equipe de construção do Programa de Ações Afirmativas da UFAL. Hoje, na 13ª Coordenadoria de Ensino de Alagoas, integra a equipe de Formação da Identidade Étnica na Ação Pedagógica; é mestranda em Educação Brasileira da Universidade Federal de Alagoas.

** É pedagoga e formadora, desenvolvendo suas ações na 13ª Coordenadoria de Ensino de Alagoas.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Declaração de Durban e Plano de Ação**. III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. Brasília: Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares, 2001.

BRASIL. **Diversidade Religiosa e Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2004, Vol. 1.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2004, Vol. 2.

ROCHA. José Geraldo da. **Guia de Direitos do Brasileiro Afro-Descendente. Religião e Ética**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001.